- R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde (Art. 284, RI/TCM/PA);

- R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas (Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA);

IV – Expedir em favor de Maria José Bastos Ribeiro, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-937.816,95 (novecentos e trinta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), após a comprovação do recolhimento das multas;

V – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis, relativa às irregularidades constatadas nos períodos de responsabilidade de Roseane Oliveira da Silva Silva, de 01.01 a 31.05.2012, e Maria Suely Ramos dos Santos, de 01.06 a 30.11.2012;

VI – Ressaltar que o não pagamento das multas cominadas, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.645, DE 10/11/2016

Processo nº 194112013-00

Origem: FUNDEB de Bujaru

Assunto : Prestação de Contas de 2013

Responsáveis: Rosiane do Socorro Silva da Silva (01.01 a 31.01) e Elma Juliane Monteiro P. Bessa (01.02 a 31.12)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. FUNDEB de Bujaru. Exercício de 2013. Pela não aprovação das contas. Recolhimentos. Multa. Cópia ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 336 e 337 dos autos.

Decisão: I – Negar aprovação às contas do FUNDEB de Bujaru, exercício financeiro de 2013, em razão das irregularidades, no período de responsabilidade de cada ordenadora de despesa:

1) Ordenadora: Rosiane do Socorro Silva da Silva – 01.01 a 31.01.2013:

- Agente Ordenador no valor de R\$-534.615,41 (quinhentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e quarenta e um centavos), originado por diferença no saldo do exercício anterior, que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, no prazo de 60 (sessenta) dias;

2) Ordenadora: Elma Juliane Monteiro P. Bessa – 01.02 a 31.12.2013:

- Agente Ordenador no valor de R\$-2.350.829,07 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e nove reais e sete centavos), originado por diferença no saldo final do exercício, que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, no prazo de 60 (sessenta) dias;

- Ausência de processos licitatórios para despesas com os seguintes credores: T.T. Ltda. - Posto Oriente (R\$-19.365,53) e J.M. de O. Souza Comércio (R\$-47.906,40);

II – Determinar, ainda, que a Ordenadora Elma Juliane Monteiro P. Bessa, recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas;

III – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis;

IV – Ressaltar que o não pagamento da multa cominada, incorrerá em aplicação das medidas previstas na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA, de 02/08/2016.

ACÓRDÃO Nº 29.647, DE 10/11/2016

Processo nº 1422042012-00

Origem: Fundo Municipal de Educação – Fundeb de São João da Ponta

Assunto: Prestação de Contas de 2012

Responsável: Giselle de Oliveira Monteiro

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação – Fundeb de São João da Ponta. Exercício de 2012. Pela não aprovação das contas, recolhimento, multa e cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 79 a 83 dos autos.

Decisão: I. Não aprovar as contas do Fundo Municipal de

Educação de São João da Ponta-Fundeb, exercício de 2012 de responsabilidade da Sra. Giselle de Oliveira Monteiro, por estarem irregulares, nos termos da Alínea "c", do Inciso III, do Art. 32, da Lei Complementar Estadual nº 84/2012;

II. Recolher ao Fundo de Reaparelhamento do TCM-PA/FUNREAP, no prazo de trinta dias, os seguintes valores a título de multa:

. R\$ 3.001,00 (três mil e um reais) com fundamento no Art. 284, IV do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva das Prestações de Contas Quadrimestrais;

. R\$ 1.000,00 (um mil reais) com fundamento na Alínea "b", Inciso I, do Art. 282, do RI/TCM-PA, por ter excedido, no saldo final em caixa, o valor de R\$ 8.000,00, (oito mil reais) em descumprimento do Art. 1º, da Instrução Normativa nº 01/2011/TCM;

. R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela não comprovação de realização de Processo Licitatório Regular para embasar despesas no montante de R\$ 90.327,00, bem como pelo não encaminhamento dos processos licitatórios digitalizados em descumprimento à Resolução 9.065/2008/TCM-PA e Instrução Normativa nº 01/2009/TCM_PA.

III. Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.650, DE 10/11/2016

Processo nº 1210072010-00

Origem: Fundo de Assistência Social de Pau D'Arco

Assunto: Prestação de Contas do exercício de 2010

Responsável: Solange Rosa dos Santos Silva

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Fundo de Assistência Social de Pau D'Arco. Prestação de Contas do exercício de 2010. Irregularidade das Contas.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Substituto Relator, às fls. 210 a 214 dos autos.

Decisão: I – Pela irregularidade da Prestação de Contas de Gestão do Fundo Assistência do Município de Pau D'Arco, exercício financeiro de 2010, conforme o disposto no Artigo 35, da Lei Complementar nº 084/2012, c/c com o Artigo 279, do Regimento Interno desta Casa, devendo a ordenadora de despesa Senhora Solange Rosa dos Santos Silva, proceder os seguintes recolhimentos no prazo de 30 (trinta) dias:

Ao Cofres Municipais:

R\$ 5.455,20 – devidamente corrigido, referente a conta agente ordenador, lançada em razão da diferença de saldos não comprovados através de Extratos Bancários.

Ao FUMREAP (Lei nº 7.368/2009)

R\$ 1.000,00 – pela ausência de CNPJ, descumprindo o disposto na IN RFB nº 748.

R\$ 1.000,00 – repasse intempestivo ao INSS das contribuições retidas dos servidores.

R\$ 1.000,00 – Pelo não recolhimento ao caixa único dos valores do IRRF e ISS.

ACÓRDÃO Nº 29.651, DE 10/11/2016

Processo nº 840052007-00

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Tucuruí

Assunto: Prestação de Contas de 2007

Responsável: Cláudio Furman

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Fundo Municipal de Assistência Social de Tucuruí. Prestação de Contas. Exercício 2007. Pela Não Aprovação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do Relatório e Proposta de Decisão às fls. 189 a 193.

Decisão: " A) Julgar IRREGULARES, nos termos do Art. 32, Inciso III, Alínea "c", da LOTCM (LC nº 84/12), as contas apresentadas pelo Sr. CLÁUDIO FURMAN, ex-Prefeito Municipal de Tucuruí, referentes ao exercício de 2007, face à incorreta contabilização e não comprovação do saldo final do exercício;

B) Aplicar ao responsável as seguintes multas, a serem recolhidas em 30 (trinta) dias:

B.1) Com base no Art. 94, do Ato nº 09, atualizado pelo nº 10/1996 (RITCM vigente à época), R\$ 8.000,00 (oito mil reais) pela inobservância dos prazos de remessa da prestação de contas quadrimestral;

B.2) Com base no art. 57, II da LC nº 25/1994 (LOTCM vigente à época), R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelo incorreta contabilização e não comprovação do saldo final do exercício; R\$ 1.000,00 (mil reais) pela não apropriação e recolhimento da totalidade das contribuições previdenciárias e R\$ 1.000,00 (mil reais) pela não envio do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social;

B.3) O não recolhimento no prazo regulamentar, sujeita o responsável aos seguintes acréscimos, decorrente de mora, nos termos dispostos na Resolução Administrativa nº 014/2016/TCM-PA28, de 02/08/2016:

I – multa de mora de 0,10% (dez centésimos por cento) do valor do tributo por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento);

II – correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF – PA; e

III – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento.

C) Remessa ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis."

ACÓRDÃO Nº 29.655, DE 17/11/2016

Processo nº 1160012011-00

Classe: Prestação de Contas de Gestão

Procedência: Prefeitura Municipal de Jacareacanga

Responsável: Raulien Oliveira de Queiroz

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público: Procuradora Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREACANGA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. MULTA PELA REMESSA INTEMPESTIVA DOS: PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, LEI ORÇAMENTÁRIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS QUADRIMESTRES, RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. MULTA PELA AUSÊNCIA DO PARECER DO CONTROLE INTERNO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS. MULTA PELA REMESSA INTEMPESTIVA DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL. CONTAS JULGADAS REGULARES COM RESSALVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas do Sr. Raulien Oliveira de Queiroz, Prefeito e ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Jacareacanga, referente ao exercício de 2011, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 428/431.

Decisão: Considerar regulares com ressalva, as contas prestadas em favor de Raulien Oliveira de Queiroz, a quem deverá se emitido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 49.547.679,02 (quarenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais e dois centavos), cuja entrega ficará condicionada ao pagamento das multas supracitadas.

ACÓRDÃO Nº 29.656, DE 17/11/2016

Processo nº 200901760-00

Origem: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará

Assunto: Prestação de Contas de Gestão do exercício de 2008

Responsável: Carlos Marió de Brito Kató

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará. Exercício de 2008. Regulares com ressalvas. Multas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do Relatório e Proposição de decisão do Conselheiro Substituto, Relator, às fls. 272 a 278 dos autos.

Decisão: I – Considerar regulares com ressalvas a Prestação de Contas de Gestão da Prefeitura de Santa Izabel do Pará, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Senhor Carlos Marió de Brito Kató, na forma do Artigo 32, II, da LC nº 084/2012, devendo o ordenador de despesa proceder os seguintes recolhimentos:

AO FUMREAP(Lei nº7.368/2009)